



Anais da Assembléia

Nº 89

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 1.980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 88.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1.980.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Airton Cordeiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, David Federmann, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sgrarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Gilberto Agibet Filho e Lineu Turra. (47) — achando-se ausentes os Srs. Deputados Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Fuad Nacli, Edilson Alencar, Egon Pudell, Gilberto Carvalho, Leônidas Chaves, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos e Wilson Fortes. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALFREDO CARDOSO, ocorrido em Altônia, no dia 17 próximo passado. O extinto foi pioneiro altoniense, tendo dedicado toda sua vida à agricultura e especificamente à cafeicultura, formando e educando uma família que tornou-se das mais respeitáveis naquela comunidade, tendo o seu passamento, consternado todo o povo daquela localidade.

Requer ainda, seja dado ciência da consignação requerida, à família, na pessoa da viúva Sra. Madalena Cardoso, na rua das Bandeiras, 467 — Altônia.

Sala das Sessões, em 20 agosto de 1.980

a) Antônio Facci.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, de um voto de profundo pesar pelo prematuro falecimento do jovem publicitário e radialista Renato Bielanski, ocorrido em Curitiba.

RENATO, jovem atuante e responsável, sempre soube conquistar a simpatia de todos que o conheceram, fortalecendo amizades a cada atitude que tomava. Trabalhou em emissoras de rádio de Curitiba, desempenhando atividades também junto ao mundo publicitário, atuando em várias agências de propaganda. Sempre foi correto em sua missão, deixando uma marca de responsabilidade que serve como exemplo. O vazio que ficou não se explica facilmente. A saudade está presente, deixando o Paraná de luto. Excelente esposo e pai, tem lugar garantido junto a Cristo.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Mário Celso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Carlota Barbosa, ocorrido dia 15 de agosto último, na cidade de Campo Largo.

Outrossim, requer, aprovado o presente, seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Ronaldo Fabiani, à Rua Dom Pedro II, 1131 — Campo Largo.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministro da Justiça Abi Ackel, manifestando a preocupação desta Assembléia Legislativa diante das publicações de matérias cada vez mais ousadas pelo erotismo sem licenciosidade, muitas das quais de origem estrangeira, que, sem dúvida, afetam sensivelmente a sociedade e, especialmente a juventude de nossa terra.

A propósito, além das respeitáveis lideranças religiosas, outros importantes setores comunitários têm expressado o justificável inconformismo pelo fato. Dentre os que externaram "o profundo desagrado e o protesto veemente" estão os Presidente dos Rotarys Clubs de Ponta Grossa (Centro, Norte e Sul) e do Lions Club — Ponta Grossa — Centro.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de ser instalada uma agência deste Banco no Município de PRUDENTÓPOLIS, tendo em vista que o referido município conta com uma população de 70.000 habitantes, sendo que 85% desta, está localizada na zona rural, e tendo como principal atividade econômica a agricultura e a

pecuária, e, sendo o Banco do Estado um banco oficial, e tendo como política administrativa uma atenção especial à agricultura, por ser o Estado do Paraná eminentemente agrícola, nada mais justo que nossa sugestão, pois, a mesma trará grande desenvolvimento à região por dar aos agricultores mais uma opção de financiamento para suas lavouras.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Gilberto Agibet Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, e tendo em vista a alteração do Quadro Partidário Nacional, REQUER se digne Vossa Excelência solicitar dos ilustres Líderes de Bancadas a designação de membros para recompor a Comissão Especial de Limites Paraná — São Paulo.

O presente pedido, Sr. Presidente, decorre da importância que a Comissão representa, em termos de definição de localização de centenas de propriedades agrícolas e das consequências econômicas que dela procedem. Isto, sem esquecer a imperiosa necessidade de encontrar uma solução satisfatória para o litígio de fronteiras entre nosso Estado e o vizinho Estado de São Paulo, ao qual nos ligam íntimos laços de amizade.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Quielise Crisóstomo.

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 110/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Aléssio Vaz Primo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Del Ciel.

APOIAMENTOS:

Adalberto Daros, David Federmann, Mário Celso, Agui-naldo Pereira Lima, Dácio Leonel, José Domingos, Paulo Camargo, Lázaro Dumont, Quielise Crisóstomo, João Mansur, Erondy Silvério, Cyro Martins, Palácios, Werner Wanderer, Antônio Facci, Ayrton Cordeiro, Ezequias Losso, David Chierigate, Gabriel Manoel, Fiori Luiz, Deni Schwartz, Nestor Baptista, Gilberto Agibet Filho, Carlos Zanlorenzi, Nelson Buffara, Edilson Alencar, Jurandir Messias, Darcy Deitos, Gilberto Carvalho, Valduga, Lineu Turra, Renato Bueno, Domício Scaramella, Basílio Zanusso, José Tavares, Pinto Dias, Túlio Zanchet, Rosário Pitelli, Augusto Carneiro e Luiz Alberto Oliveira.

(O "currículum vitae" acompanha o projeto original)

PROJETO DE LEI N.º 111/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MARIALVA, com sede e foro na cidade de MARIALVA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública tem por finalidade atender as famílias carentes, ajudando-as com encaminhamentos de exames de receitas médicas, tratamentos de saúde, regularização de documen-

tos, etc...

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoioamento dos nobres Pares e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 112/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o LAR DA CRIANÇA DE MARIALVA denominada Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, com sede e foro na cidade de Marialva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora se propõe seja declarada de utilidade pública tem por finalidade prestar assistência médica e odontológica, educação em nível de primeiro grau bem como todos os demais meios de assistência fundamental à criança.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoioamento dos nobres Pares e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 113/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada como de utilidade pública o CENTRO SOCIAL E EDUCACIONAL DA PARÓQUIA DE LEÓPOLIS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1.980

a) Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

O Centro Social e Educacional da Paróquia de Leopólis, é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos e que tem como objetivo, desenvolver todas as atividades em favor da maternidade, da infância e da adolescência no Município de Leopólis. Dispõe ainda, a zelar pelo bem social, espiritual e físico do povo de Leopólis, procurando difundir o cuidado com a higiene, a puericultura, as letras, as artes, as ciências técnicas e profissionais, serviços sociais e todos aqueles que forem compatíveis com a sua finalidade.

Pelos relevantes serviços que vem prestando à comunidade de Leopólis, a Câmara Municipal já a reconheceu como de utilidade pública.

Assim, apresentamos o presente projeto de lei, à consideração de nossos Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoioamento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, primeiro orador inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PMDB, dentro do seu programa rejeita as doutrinas autoritárias sobre Segurança Nacional e luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional, bem como, da mesma forma, tem um compromisso nacionalista que faz com que se proponha uma política internacional de ampla solidariedade com os povos que lutam pelos seus interesses legítimos.

(Lê):

"A bancada do PMDB, com assento na Assembléia Legislativa do Paraná, manifesta seu repúdio à presença do general Jorge Rafael Videla no Brasil. Identificada com os princípios democráticos, considera intolerável a homenagem que o Governo brasileiro faz ao ditador, ato que se constitui em escárnio ao povo argentino que sofre sob um dos regimes mais sanguinários de toda a história do continente latino-americano.

Destacando, sobremaneira, a posição antidemocrática do regime argentino fechando o Parlamento, bem como impedindo, à força, qualquer manifestação política de oposição.

A visita do ditador Videla ao nosso País se faz no momento em que se evidencia o interesse dos regimes de exceção do Cone Sul em consolidar estreita colaboração entre os órgãos repressivos que atuam selvagememente contra os movimentos democráticos e populares. Momento em que o mesmo Governo brasileiro impõe um novo Estatuto dos Estrangeiros que tem clara destinação: legalizar o arbítrio contra os perseguidos políticos que buscaram refúgio no Brasil. O PMDB se contrapõe à diplomacia das ditaduras e se propõe à solidariedade ao povo argentino, certo de que os dois povos terão um dia, destino comum sob regimes de amplas liberdades e justiça.

Fiel ao seu programa, o PMDB rejeita todas as doutrinas autoritárias e considera que o Governo brasileiro não tem o direito de se expressar em nome do povo quando reconhece como legítimo um regime ditatorial que cometeu 8.750 assassinatos, que mantém presos ou fez desaparecer mais de 17 mil pessoas, que construiu 60 campos de concentração onde estão milhares de argentinos, que mantém em funcionamento 165 câmaras de tortura e centros de tortura, por onde passam diariamente dezenas de pessoas sem defesa nem inquérito aberto. Este regime de repressão brutal levou ao exílio 750 mil argentinos, hoje dispersos pelo mundo, e muitos dos quais exilados no Brasil.

Neste repúdio o PMDB presta homenagem à Nação argentina, procurando expressar a atitude dos trabalhadores, das forças democráticas e progressistas do País na forma de solidariedade ao povo argentino. A mesma solidariedade que ele nos prestou nos momentos mais negros da repressão política no Brasil."

Por isso, Sr. Presidente, e em solidariedade às bancadas das Oposições no Congresso Nacional, a bancada do PMDB, com assento nesta Casa, se retira deste plenário, em repúdio à visita do ditador Videla à Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa deferre e solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum").

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada 25 Srs. Deputados. Há número legal para prosseguimento da sessão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, gostaria de fazer uma referência a uma nota publicada hoje, nos jornais, dando conta de que o Ministro da Comunicação Social, Said Farhat irritou-se ontem ao ser informado de que vários jornalistas indicados por suas empresas para trabalharem na cobertura da visita do Presidente Rafael Videla, tiveram negados pelo serviço de segurança do Palácio do Planalto, seus pedidos de credenciais. E prometeu levar o caso desta vez à consideração do Presidente Figueiredo.

Ora, sinceramente, é um verdadeiro absurdo e uma prova do desencontro de comando desta Nação. Alguém interferindo decididamente até nos Ministérios, Said Farhat prova, com esta incoerência, que ele não está comandando. Quem está comandando? Ora, será que é necessário dizer aqui os nomes? Será que o General Golbery não foi cantado em prosa e verso como um dos maiores "comandantes desta Nação"?

O General Figueiredo será que, ao ser informado por Said Farhat, terá sensibilidade para punir alguém? Ele que não teve sensibilidade, até agora, para descobrir os responsáveis pelos atentados que se identificam, que se indicam como órgãos CCC? Ora, simplesmente ficamos responsáveis por tal atitude que vem comprovar, mais uma vez, a falta de comando neste País.

O próprio Said Farhat, responsável pelo setor de Comunicação do Planalto, indica vários jornalistas para uma cobertura e, no entanto, o próprio Palácio do Planalto veta nomes de jornalistas consagrados e responsáveis como Olga Curado e Sérgio Chacon, de "O Estado de São Paulo", Nélcio Lima, Henrique Gonzaga Júnior e Juarez Pires, da "Folha de São Paulo", Carlos Marchi e Cora Ronai, do "Jornal do Brasil", Luís Recena, Andrei Meireles, Célia de Nadei e Hélio Contreiras, de "O Globo" e Alpísio Santos, da "Gazeta Mercantil". Doze profissionais impedidos de desempenharem as suas funções, impedidos de desempenharem as suas profissões de jornalistas. Deixamos aqui o nosso protesto, o nosso repúdio, mais uma vez.

Em segundo lugar, gostaria também de ser solidário à Bancada do PMDB, neste Parlamento, nesta Casa, porque entendendo que o Sr. Jorge Videla também desrespeitou o Parlamento, ele que fechou o Congresso na Argentina e, conseqüentemente, não merece a nossa consideração.

Por isto, em solidariedade à Bancada do PMDB, retiro-me do plenário.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de deixar, nesta tarde, registrado o nosso contentamento pela assinatura de dois decretos, ontem, pelo Presidente João Baptista Figueiredo, criando dois cursos da Faculdade em Marechal Cândido Rondon, um de Ciências Contábeis, outro Letras, Português e História.

Gostaríamos também, nesta tarde, expressar o nosso agradecimento ao Ministro da Educação, Eduardo Portella, ao Governador Ney Braga, ao Secretário da Educação, Edson Machado e ao Conselho Estadual do Paraná.

Realmente, essa Faculdade, que foi aprovada ontem em Brasília, vai trazer grandes frutos não só para o Município de Marechal Cândido Rondon, como para o oeste do Paraná.

Gostaríamos também, de fazer um rápido pronunciamento sobre a situação em que os municípios do Paraná se encontram. (Lê):

"Os municípios de há muito tempo vêm clamando por uma reforma tributária que venha beneficiar as combalidas finanças municipais para que estas façam frente às mínimas necessidades das suas comunas.

Congressos, seminários e encontros municipalistas vêm se repetindo com constância. Pouca, para não dizer nenhuma, melhora tem havido.

O pior, acima de tudo, é que os outros escalões, além de não efetuarem uma reforma mais ampla para fortalecer os municípios, ainda reduzem o pouco que a estes está reservado.

Assim vem acontecendo com o INCRA que deveria distribuir, constitucionalmente, a totalidade do produto arrecadado do Imposto Territorial aos municípios. Porém, o INCRA retém indevidamente 20% do I.T.R.

Em semelhante situação encontra-se a Taxa Rodoviária Única, criada por Decreto-Lei em 1969, pela qual 40% pertenceria à União e 60% aos Estados e Municípios.

Através da Lei Estadual — n.º 6.124, de 13 de julho de 1970 — destes 60%, seriam entregues 20% aos municípios.

Alteração posterior da legislação sobre a TRU — introduzida pelo Decreto-Lei n.º 1691, de 02-08-79 — reduziu o percentual dos Estados e Municípios juntos, de 60% para apenas 45%. Não é especificado o "quantum" deste percentual diminuído para 45%, seria deixado para retorno aos municípios. Muito menos há prazo para que esta distribuição aos municípios seja realizada.

Assim sendo, as Prefeituras estão só agora acabando de receber as quotas referentes aos recolhimentos da TRU efetuados pelos proprietários de veículos nos meses de janeiro e fevereiro deste ano. Contando-se, ademais, a inflação que incidiu nesse retorno de meio ano de atraso, é fácil perceber o que ainda resta.

Além disso, Senhor Presidente, os municípios estão recebendo drasticamente menos do que lhes vinha sendo creditado no ano passado. Isto, apesar de a Taxa Rodoviária Única ter sofrido a partir de janeiro último, uma violenta majoração para os bolsos dos contribuintes.

Não bastasse isso, exige agora o mencionado Decreto-Lei que 36% desse minguado valor que vai aos municípios, seja aplicado em programas de transportes alternativos para a economia de combustíveis e em programas de transporte de apoio ao escoamento do carvão e do álcool.

Enquanto, por um lado, procura-se desburocratizar, de outro lado, são impostas essas exigências absurdas, mandadas aplicar tanto para grandes como para pequenos municípios.

Acontece então, que há comunas com um irrisório valor de menos de Cr\$ 100,00 mensais de retorno, terem de apresentar planos de aplicação...

Desta forma, Senhor Presidente, encontram-se os municípios diante de mais esta redução inexplicável de sua autonomia financeira, quando o contrário é almejado e apregoado por todos: o fortalecimento da célula básica da Federação brasileira."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fomos, há minutos atrás, convidados por ilustres Deputados da bancada do PMDB, a sairmos deste plenário, em função do pronunciamento aqui colocado. Em função do que, infelizmente ocorre hoje, nesta Pátria, ou seja, a visita de um ditador sul-americano, que vem a este País, dizendo besteiras e asneiras, o que disse ontem no seu discurso primeiro e oficial.

Devo dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que me parabeno com o Partido da Oposição, o PMDB, todavia nós do Partido Trabalhista Brasileiro, queremos deixar bem clara a posição do nosso Partido, que é de Oposição. De que nós aqui permanecemos até agora, para vir à tribuna e ter o direito também, de como o Deputado Mário Celso, aqui fez, demonstrar o nosso pensamento. E não, Sr. Presidente, como se pretende sempre, respeitando a Oposição e o PMDB, ser o reboque nesta Casa, do Partido que tem a maior bancada, é verdade, mas que no meu entender representa a Oposição, efetivamente como nós representamos aqui, também.

Assim, Sr. Presidente, devo dizer que, o meu Partido, antes de mais nada, deve ser respeitado, deve ser ouvido antes e, não, falar em nome das Oposições; respeito a posição dos homens do PMDB aqui dentro, a posição deles adotada hoje, é a nossa, é um voto de repúdio ao ditador da América Latina, ao homem que mata e sacrifica o povo argentino.

Perguntaram-me, certa vez:

— Você que nasceu em Curitiba, gostaria de morar em outro lugar senão a sua cidade?

Ao que eu respondi:

— Se assim me for dado, quero viver aqui e morrer aqui.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que se vê hoje, é, na Grande São Paulo, cerca de 100.000 argentinos, marginalizados, fugindo da tortura e da perseguição de um País podre de Governo, de um País que está sacrificando seu povo, em função de um Poder só — o Sr. Videla! Quem dera, ele pudesse ler as frases colocadas, vistas por nós, hoje, em Curitiba, em todos os muros; quem dera, esse homem pudesse ter um pouquinho de consciência, um pouquinho de humanismo e pensar que o seu corpo tem o mesmo sangue que qualquer corpo, tem um só coração, enfim, a sua constituição física não é de super-homem, mas, igual a de qualquer outro vivente deste Planeta.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, após a colocação e as considerações da nossa bancada, pequena é verdade mas erecta e de Oposição, sem ser o reboque de ninguém, a nossa colocação aqui está feita, contra o que o Governo brasileiro promove nestes dias aqui dentro deste País, que se diz estar numa abertura, quando, na verdade, é uma fresta!

Para encerrar, Sr. Presidente, fica a nossa posição contra o arbítrio, contra tudo o que se fez e que se faz, não só neste País, mas também, contra o que se faz na Argentina, e contra o que se faz nessas míseras republiquetas deste sofrido continente do Sul.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aqui nesta tribuna, antes de eu falar exatamente aquilo a que me propusera no dia de hoje, desejo dizer o seguinte:

A minha permanência, por exemplo, hoje, no plenário desta Casa, quando inúmeros Deputados afastam-se, num ato de repúdio ao Governo da Argentina, não quer dizer, Sr. Presidente, a minha presença, de que eu, particularmente, aprovo tudo aquilo que se faz seja na Argentina, seja no Paraguai, seja no Chile, seja em qualquer País Latino-Americano. Da mesma forma como o meu coração repudia as ditaduras de direita que escravizam, repúdio também, da mesma forma, a ditadura de Cuba que escraviza e que mata, a ditadura da Rússia, que escraviza e que mata, a ditadura da Tchecoslováquia, do Irã onde estão matando e sacrificando milhares e milhares de pessoas, do Afeganistão, por cujo povo sacrificado, ninguém se levanta, e de tantos outros países do mundo. Não é só o Continente Latino-Americano que sofre perseguições de muitos Governos mas, são dezenas de países por este mundo afora, dos mais diversos regimes, de esquerda, de direita, de centro. E, não aprovo e nunca aprovarei regime algum que venha escravizar, seja de esquerda, seja de direita, seja de centro, seja da Argentina, seja de que lugar for neste País, a minha presença na Assembléia é porque acho que os problemas que estão trazendo à Casa no dia de hoje, são problemas de grande interesse do Paraná, da grande aflição do povo do Paraná, e acima de qualquer povo está o povo do Brasil, está o povo do Paraná que eu tenho que defender e honrar.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Com todo o prazer, nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Sabe, vejo Vossa Excelência como sempre, lutando em favor de uma democracia cristã, nem de esquerda, nem de direita, numa democracia brasileira. Porque, como disse bem Vossa Excelência que se aqui estivesse Fidel Castro, será que nós em virtude disso, teríamos nos retirado do plenário ou então, iríamos escutar aquela velha frase do velho Rui Barbosa, que "Covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta"?

Havemos de lutar sem covardia, havemos de lutar como disse Vossa Excelência ao lado do povo brasileiro, porque o Presidente da Argentina, com suas orientações ditatoriais ou democráticas, também, foram vítimas dos motoneiros, o povo argentino, foram vítimas dos tacões da foice e do martelo o povo do Afeganistão e, quando foi que a ilustre bancada da Oposição defendeu este povo oprimido, este povo que também, em suas veias corre o sangue cristão, onde está a defesa desse povo, onde está a defesa do povo russo e dos campos de concentração, será que lá na Rússia também não há oposição, será que na Rússia, não há campo de concentração? Porque a bancada da Oposição não se retira em protesto quando o Afeganistão é invadido pela Rússia, quando o povo de Fidel Castro corre de sua própria Pátria, porque isso, porque então, essa ilustre bancada não se retira também?

Vossa Excelência como nós, está revoltado e conta com nosso apoio e nossa admiração. Porque dizíamos nós, "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta" e covarde é aquele que corre.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado Gabriel Manoel.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o assunto que me propus no dia de hoje, são dois assuntos acredito eu, de grande interesse do Paraná e que inclusive, já foram nesses últimos dias bastante debatidos nesta Casa.

O primeiro deles, é o problema referente aos cortes de verbas de obras do nosso Estado.

O segundo é o que se anuncia agora, através do Ministério das Minas e Energia, o corte a partir do dia 1.º de janeiro do fornecimento "Fuel Oil" ou óleo combustível para os secadores de grãos, no Estado do Paraná. Mas, ainda antes de abordar estes dois assuntos, eu gostaria também, de cobrar aqui desta tribuna, no dia de hoje, que os nossos ilustres Ministros que estão sendo manchetes agora dos jornais, principalmente do jornal do "Estado de São Paulo", de domingo, de ontem, sendo acusados publicamente de participação de negociações.

Pediria ao Governo brasileiro, através desses Ministros, que trouxessem a público a verdadeira verdade de que estão envolvidos. Se for mentira, que digam que é mentira, para que eu como um Deputado pertencente ao Partido do Governo, pertencente ao partido que dá sustentação a este Governo que mantém esses Ministros, para que lá no interior junto com o meu eleitor eu possa saber responder-lhes o que que o meu Ministro realmente está fazendo. Porque, não posso admitir que todo o dia, saia denúncia do jeito que está saindo contra aqueles Ministros que são os encarregados de conduzirem a política social, econômica, todo o sistema político deste País. Para que eu possa me credenciar junto àqueles que represento, e pedir, inclusive o apoio para o Partido do Governo que nós todos estamos saindo para o interior, convocando os homens, as mulheres para se filiarem ao nosso Partido.

Que autoridade teremos nós, se os jornais trazem diariamente acusações e mais acusações de mordomias exageradas, de corrupção e de tantas outras coisas.

Não quero dizer com isto que acredito que o Ministro seja culpado ou não. Mas para uma tranquilidade nossa de podermos realmente erguer um partido forte, representativo, que esses Ministros se for mentira, usem através da lei da imprensa o mesmo espaço, a mesma página para desmentirem essas acusações que hoje estão pesando sobre os seus ombros e que nós não sabemos se são mentirosas ou verdadeiras.

Porque existe um velho ditado — "Quem cala, consente". E não queremos que os Ministros realmente consentam se forem mentiras.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, Vossa Excelência está manifestando a sua preocupação e é a preocupação de todos

nós; é a preocupação de todos os paranaenses, políticos, comerciantes, industriais, agricultores, o Paraná, em geral, é um Estado que está exatamente necessitando de que haja um esclarecimento do que está ocorrendo, principalmente com o tratamento que as autoridades federais vêm dando à agricultura, particularmente da região que eu aqui represento com muita honra nesta Casa, que é o noroeste paranaense.

Essa região, nobre Deputado, não tem, hoje, financiamento para um saco de sal. O tratamento que eles estão dando com o custeio do café é simplesmente anti-patriótico, injusto e maléfico. A comercialização insegura, o trato na comercialização do café é um estímulo total para eliminar definitivamente esta agricultura, este produto que é o principal responsável pelo progresso deste grande Estado e o progresso econômico de grande parte do Brasil.

O Governo Federal está dando um tratamento ao lado produtivo do Estado do Paraná, simplesmente indiferente. E com relação às denúncias que Vossa Excelência citou aí, sinceramente, nobre Deputado, não vejo condições deles responderem. Porque as denúncias são a todos os instantes; as denúncias são feitas a toda a hora, todo o dia. É a Estrada do Aço, é a comercialização infeliz do IBC nos Estados Unidos, proporcionando ao Brasil um prejuízo de aproximadamente 700 milhões de dólares para este ano de 1980.

Vossa Excelência deve estar citando aí o que "O Estado de São Paulo" e a imprensa brasileira está noticiando com relação a essa transação dos hotéis da organização Quatro Rodas. Nobre Deputado, se os Ministros forem esclarecer a opinião pública brasileira das denúncias feitas, eles terão que usar toda a imprensa e todas as páginas, porque é um absurdo o que está ocorrendo. E a omissão, nobre Deputado, está evidenciando a participação. A omissão está caracterizando a indiferença, a irresponsabilidade, a falta de patriotismo, a falta de respeito ao dinheiro público e de respeito ao próximo.

Nobre Deputado, congratulo-me com o seu pronunciamento e Vossa Excelência disse aí, exatamente o que está ocorrendo. É uma vergonha pedir no interior para que se filie a tal partido.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência, nobre Deputado Lázaro Dumont, traz hoje à discussão, nesta Casa, assuntos de importância regional, do Estado do Paraná e de importância nacional. Os de importância regional, corte de verbas e outras medidas que o Governo Federal deixa de adotar em favor do Estado que tanto contribui para a grandeza nacional, recebe o apoio unânime nesta Casa.

Com relação ao caso especial que o jornal "O Estado de São Paulo", jornal de tradição secular no País, traz ao conhecimento do povo, lembramo-nos daquela frase do saudoso Ministro e Senador Milton Campos: "que a Revolução de 64 foi uma Revolução para ser permanente nos seus ideais. Ideais estes que são o combate à corrupção e à subversão. E deve ser transitória nos seus objetivos, nos seus métodos, para ser permanente nos seus grandes objetivos".

Realmente todos nós, do Partido Democrático Social, estamos solicitando, reivindicando e exigindo das autoridades do Poder Executivo Federal, que nos esclareçam a respeito do assunto, que digam quais foram as autoridades envolvidas, quais foram as autoridades que determinaram a operação feita e, sobretudo, para que eles possam, através da imprensa, usando do seu direito de resposta, esclarecer o fato à Nação.

Nós, do PDS, não podemos e não ficaremos calados. Vossa Excelência, eminente Deputado, tem a honra de participar, ao lado do Presidente desta Casa, ao lado de outros eminentes Parlamentares e líderes políticos, da Comissão Estadual

Provisória do PDS; todos nós não aceitamos mais ouvir as acusações que são formuladas ao Governo Federal. Queremos, exigimos, pedimos, em nome dos ideais da Revolução de 64, tão bem definidos por Milton Campos, que o Governo Federal esclareça esta situação; porque senão, realmente, nós, políticos, é que sofreremos os reflexos negativos de atitudes e de silêncios, como estes que estamos verificando.

Por isto, aplaudo Vossa Excelência. Aplauda o Deputado Pinto Dias e pode ter certeza, Vossa Excelência, que é esta a posição dos políticos do PDS, exigir o esclarecimento, a verdade, a respeito deste assunto tão polêmico da realidade nacional.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Também quero incorporar aqui às palavras de Vossa Excelência de que, realmente, chega o momento de que a Nação precisa saber o que ocorre. Nós, políticos, como ainda no sábado, em Londrina, quando lançávamos publicamente, em praça pública, o PDS, tivemos a oportunidade de dar um compromisso da possibilidade de sempre nos encararmos de frente com o povo e que no dia que não pudéssemos fazer isto, deixaríamos a política.

É importante não só que se conheça toda a verdade, mas se houver efetivamente desvios, que se punam, seja lá o escalão a que pertençam os eventuais infratores.

Temos obrigação, perante o povo, de tomar essa posição, se quisermos realmente ser dignos dele e se quisermos continuar representando-o. Louvo a posição do ilustre Deputado, aliás cuja independência é muito bem conhecida deste Plenário. E gostaria que toda a bancada do PDS tomasse uma posição semelhante se é que finalmente haverá algum requerimento no sentido de que se assim proceda antecipadamente, estamos aqui para apoiá-lo.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, Deputado.

Fico satisfeito, porque ontem, para não citar as de anteontem, foi a Vale do Rio Doce, agora esta. A gente não sabe o que vem amanhã. Então, é com isto que eu estou preocupado.

O Sr. Ailton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Desejo primeiramente reconhecer, perante todos os Srs. Deputados, a importância do pronunciamento que faz Vossa Excelência e exaltar o sentimento que Vossa Excelência coloca neste seu pronunciamento, como também exaltar o sentimento que foi demonstrado pelos que apartearam Vossa Excelência, anteriormente.

Ainda ontem, à noite, Deputado Lázaro Dumont, lançávamos o PDS de Araucária, presentes num cinema local, cerca de mil pessoas. E dizíamos, que se chegamos em certo momento da vida política deste País, a execrar o bipartidarismo, pelo radicalismo que ele trazia na sua essência, quando se abre a oportunidade de uma nova formulação partidária no Brasil, nós queremos e temos necessidade de um PDS comprometido realmente com aspirações legítimas e com a verdade acima de tudo. Creio como Vossa Excelência crê que é chegado o instante. Não em nome só da moralidade pública que se quer. Mas em nome da credibilidade do Governo. Que haja uma manifestação formal, no sentido de se desmentir se for o caso, ou se admitir se for o caso, esta situação caótica, deprimente, vexatória, que a Nação hoje toma conhecimento a cada dia que passa. Já não é mais possível, Deputado Lázaro Dumont, que todos nós estejamos a ler diariamente denúncias, sem que tenhamos a elucidação de todos esses problemas que são colocados diante dos nossos olhos. E como nós queremos um partido político, que tenha a autoridade para se apresentar à opinião pública nacional, é preciso que nós também nos engajemos neste processo de formalização da verdade, para que finalmen-

te saibamos por quem estamos sendo governados. Meus parabéns pelo entusiasmo com que Vossa Excelência traz este pronunciamento que é na verdade, uma bandeira a mais dentro deste horizonte sombrio que vive o Brasil nos dias de hoje.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu é que agradeço, nobre Deputado.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O assunto que Vossa Excelência apresenta dessa tribuna, realmente merece especiais considerações.

Os eminentes Pares que anteriormente ocuparam o tempo para manifestar seus pontos de vista, bem disseram da grande responsabilidade que paira sobre os ombros de cada um de nós, desejosos de que prevaleça a verdade, e que a justiça se aplique, dentro dos melhores princípios neste momento histórico que estamos vivendo.

Quero me associar às ponderações feitas, e dizer que, acompanho com muito interesse, o desenrolar dos acontecimentos, e, espero que os esclarecimentos sejam brevemente feitos, e, se necessárias, as correções para que, efetivamente, possa o povo brasileiro ter a necessária confiança na Administração Pública. Sabemos que Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, General João Baptista Figueiredo que é um homem de bem, e tem dado mostras do seu grande amor à terra brasileira, adotará se for o caso, as providências mais convenientes.

Fica, portanto, nobre Deputado, a minha palavra de solidariedade à manifestação oportuna de Vossa Excelência.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado.

O outro assunto, Sr. Presidente, é exatamente sobre as medidas anunciadas pelo Ministro das Minas e Energia, César Calls.

Passarei à leitura do requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, Coronel CÉSAR CALLS DE OLIVEIRA, no sentido de que o prazo de substituição de secadores de grãos que ainda usam combustíveis de petróleo, tenham o prazo prorrogado até 31 de dezembro de 1982, a fim de serem substituídos por secadores a lenha ou energia elétrica.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1980.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Realmente, as medidas governamentais que se anunciam para o Estado do Paraná não são nada promissoras, e nos deixam bastante preocupados.

1 — O corte no setor rodoviário com prejuízo direto para o setor agrícola paranaense, pois todas as obras paralisadas, ou as anunciadas de paralisação fazem parte do corredor de exportação, tidas até então como prioritárias.

2 — O quadro negro e pessimista pintado pelo Senhor Ministro do Planejamento, em recente entrevista pela televisão, que deixou todo o Estado estarecido, e sem muitas perspectivas.

3 — Agora, a notícia que nos chega, através do Senhor Ministro das Minas e Energia, de que os secadores aquecidos com produtos derivados do petróleo, devem ser substituídos até o próximo dia 31 de dezembro do corrente ano.

Gostaríamos de lembrar ao Senhor Ministro das Minas e Energia, que o Paraná produz 25 milhões de toneladas de grãos, ou seja quase 30% (trinta por cento) da produção de grãos do País. Contudo, para garantir esta produção, o Estado gasta menos que 0,5% (zero vírgula, cinco por cento) do total de óleo combustível consumido no País. Aliás, o exemplo pode-se regionalizar: no ano passado, o Estado gastou um total de

480.110 toneladas de óleo e deste total a agricultura, como um todo, para produzir as 25 milhões de toneladas de alimentos, queimou apenas 7,8% (sete vírgula, oito por cento) de óleo, enquanto a indústria de cimento, cerâmica, artefatos de cimento e outras do gênero, gastou, ou melhor, consumiu 40% (quarenta por cento) daquele total; a indústria do couro outros 29% (vinte e nove por cento), a do papel e papelão mais 17,5% (dezessete vírgula, cinco por cento).

4 — Os financiamento, onde estão?

O CNP prometeu, mas não saiu. As cooperativas fizeram os projetos e até hoje estão esperando. Esperamos que o Governo haja com bom senso. O Estado do Paraná, o maior produtor de trigo, soja, milho, e um dos maiores produtores de arroz, feijão e outros produtos, virá a ser prejudicado se as medidas anunciadas vierem a ser concretizadas, e não forem liberadas novas cotas de óleo para os secadores. Quem é que sairá perdendo? Efetivamente, o lavrador. Mais que ele será o Brasil, que além de deixar de produzir alimentos essenciais para a população brasileira, já tão desprovida, ainda perderá grande quantidade de divisas com as exportações. O Governo Federal concedeu vultuosos financiamentos para outros Estados menos produtivos que o Paraná. Em Santa Catarina, o Ministro CÉSAR CALLS se condeou com a situação. Para o Paraná, o dinheiro veio em doses homeopáticas e muitas cooperativas estão até hoje com seus projetos no banco à espera da aprovação, mas falta dinheiro. Pior que isto, até hoje nem o CNP e nem o IBDF deram qualquer resposta ao estudo feito pela Secretaria da Agricultura do Paraná, que demonstra a necessidade de financiamento para a formação de floresta energética.

5 — Quando todos sabem que o Paraná está hoje com menos de 7% (sete por cento) de sua área territorial ocupada por florestas, e grande parte destas, ainda transformadas em reservas florestais. E que a formação de novas reservas florestais, leva anos para se formar. Existem estudos que algumas cooperativas gastariam mais óleo diesel em caminhões no transporte de lenha, do que em "FUEL OIL", em suas caldeiras.

6 — Existem outros setores alternativos para se economizar óleo além da agricultura, como os do setor industrial que já citamos, podemos ainda enumerar o transporte de veículos que poderiam ser feitos através de trens de carga, para a maioria das regiões brasileiras, o próprio transporte de carvão, produzidos no Sul do Brasil, são transportados através de caminhões pela BR-116.

E para finalizar, lembramos mais uma vez, por que sacrificar o setor agrícola, que de um montante de menos de 500.000 toneladas de óleo diesel, que significa menos de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do consumo nacional, deste total, a agricultura gasta menos de apenas 8% (oito por cento)? Sendo que só as indústrias de cimento consomem 40% (quarenta por cento). Não seria mais racional, cortar apenas 20% (vinte por cento) destas indústrias o que daria todo o montante consumido pela agricultura paranaense?"

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado.

O SR. Erondy Silverio — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Prestei atenção, quando o Presidente alertou a Vossa Excelência que o tempo está quase esgotado. Entretanto, dado à profundidade do assunto que Vossa Excelência aborda da tribuna e o brilhantismo com que Vossa Excelência defendeu sua posição pessoal, que é a mesma do PDS, com relação aos episódios verificados na tarde de hoje nesta Casa, onde a bancada do PMDB numa atitude singular, abandona o plenário, deixa de cumprir perante o povo do Paraná, para protestar contra a permanência em nosso País, de um Chefe de Estado

estrangeiro, esquecida da tradição brasileira de todos os Governos, desde o Governo Imperial, passando por todos os Governos das duas Repúblicas, nós sempre recebemos com lhanza, fidalguia e acima de tudo, educação cívica, os Presidentes que nos visitam, que aqui vêm, na maioria das vezes, para celebrar acordos bilaterais, acordos comerciais, especialmente, o Presidente da Argentina, na difícil conjuntura econômica em que vivemos, não só o Brasil mas como todo o mundo ocidental, será uma visita, e temos absoluta certeza, benéfica sobre o ponto de vista comercial, como o foi a visita recente do Presidente do México neste País, que proporcionou ao Brasil acordos comerciais vantajosos para ambos os Países.

Vossa Excelência teve uma postura digna, decente, que é o pensamento de nossa bancada. Portanto, Vossa Excelência poderá continuar no horário da Liderança do PDS, porque realmente, o seu pronunciamento é daqueles que pela sua profundidade, pela sua importância merece, ser levado até o final.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — O nobre Deputado passa a falar no horário reservado à Liderança do PDS. A Mesa registra a presença em nosso plenário, do Deputado Federal Walber Guimarães, saudação desse Poder.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradecendo a Liderança e continuando, Sr. Presidente.

O objetivo maior que temos agora é chegar às autoridades competentes deste País, ao Ministro do Planejamento, ao Ministro dos Transportes e ao próprio Presidente da República, na formação de uma Comissão que apresentamos agora e que passo a ler, Sr. Presidente. (Lê):

"O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja formada uma Comissão composta de cinco (05) Senhores Deputados, encabeçada pelo Senhor Presidente deste Poder Legislativo, e que sejam marcadas audiências com os Excelentíssimos Senhores General JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, Presidente da República, Doutor ANTÔNIO DELFIM NETO, Ministro do Planejamento, para juntamente com essas autoridades, discutir e debater os problemas relacionadas com o corte de verbas, e a conseqüente paralisação das obras rodoviárias no Estado do Paraná, incluindo-se o Ministro ELISEU RESENDE, dos Transportes.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1980.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, mais de dez mil (10.000) trabalhadores desempregados — quase quatro mil (4.000) deles na área metropolitana da Grande Curitiba, será o resultado da paralisação das obras contratadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER no Paraná, segundo levantamentos levantados pela Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, pelo Sindicato Patronal do setor, e pela Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas. Esta última entidade realizou na última segunda-feira, dia 18 do corrente mês, uma reunião com as empreiteiras associadas, e que foram atingidas pelas suspensões das obras a fim de dirigir um memorial ao Ministro ELISEU RESENDE, dos Transportes. "Além de ficarmos sem serviço, destacou o presidente da Associação dos Empreiteiros, JOSÉ BURIGO, há mais de seis meses estamos sem receber do DNER, o que nos coloca numa grande expectativa quanto ao empréstimo de 125 milhões de dólares, anunciado pelo Ministério para o pagamento das dívidas". A preocupação dos empreiteiros é dividida em três conseqüências interligadas da paralisação: o problema financeiro das empresas, o reflexo no mercado de trabalho, traduzido pelo desemprego e a delinquência. "Pode-se esperar um considerável aumento no número de assaltos, principalmente em Curitiba", disse BURIGO. No Paraná, os prejuízos serão incalculáveis, pois foram suspensas as obras de restauração e duplicação das rodovias BR-277

(Curitiba-Paranaguá e Curitiba-Ponta Grossa) BR-116 (Curitiba-São Paulo) BR-476 (Curitiba-Araucária), além das construções dos contornos Sul e Leste de Curitiba, atingindo quase 20 empreiteiras contratadas. A maior delas, a Mendes Júnior, dos 1.500 trabalhadores que mantém deverá dispensar 800 empregados diretos, 400 de subempreiteiras, e outros 100 carreteiros. Outras firmas como a EBEC, RODOFÉRREA, S. Menegusso, CESBE, Barbosa Mello e Castilho, somente na região de Curitiba, vão dispensar outros 2.550 empregados. Soma-se aos empregados, o pessoal técnico das construtoras ligadas às obras. "As empresas são todas de médio e grande portes, comentou o presidente da Associação dos Empreiteiros, e, face as constâncias do setor, correm o risco de desestruturação e descapitalização. Também, face ao alto custo crescente dos serviços, a paralização das obras trará prejuízos incalculáveis. Não poderíamos deixar de citar também, a paralização da Rodovia São Jerônimo da Serra-Piraí do Sul (Rodovia do Cerne), recuperação da Rodovia do Café, com a construção da terceira pista de acostamento, recapeamento da pista de rolamento, sinalização e etcéteras, sendo que esta rodovia, é a principal estrada de nosso Estado, e um dos maiores corredores de exportação do Sul do País. O Paraná sempre respondeu com o aumento da produção, sempre se fez presente quando solicitado para o aumento de divisas, e então é de se perguntar. Como poderemos produzir o alimento? Como poderemos ampliar ainda mais a nossa área de produção agrícola, se estaremos na eminência de, em pouco tempo, ficarmos sem condições de escoamento, por falta de estradas? Sr. Presidente, Srs. Deputados, achamos que está na hora de gritarmos também, de reivindicarmos, e exigir estas reivindicações, e o objetivo maior desta Comissão, é saber através daquelas autoridades, o porquê de o Paraná ser o maior prejudicado, dentre os demais Estados da Federação. E para isto, esperamos o apoio dos nobres Pares deste Poder Legislativo".

Inclusive, fazendo ver ao Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Eliseu Resende, o quanto o Estado do Paraná foi preterido em outros Governos. Todos nós, Deputados desta Casa, estamos lembrados de que no Governo, principalmente do Presidente Médici, quando era Ministro dos Transportes hoje o Ministro do Interior, Dr. Mário Andreazza, este construiu lá no Rio Grande do Sul, mais de 5.000 km de estradas, construiu no Estado de Minas Gerais 4.000 km de estradas e o Paraná foi contemplado, em cinco anos de Governo, com apenas 46 km de estradas; onde, o Prefeito de Curitiba, na época, Dr. Jaime Lerner, fez mais asfalto dentro do Município de Curitiba do que todas as rodovias asfaltadas do Paraná no governo de Médici.

O Paraná sempre foi preterido, Sr. Presidente. Na hora de se pedir, como dissemos agora, se vêm ao Paraná, na hora de se cortar, de se pegar uma vítima, é o Estado do Paraná!

Penso que chegou a hora de nós, como paranaenses, gritarmos e dizermos que está doendo em nós esta maneira como se quer abusar do Estado do Paraná.

Encerrando, Sr. Presidente, ainda ontem, conversando com o ilustre vice-Presidente desta Casa, Deputado Tércio Albuquerque, que hoje está em Brasília junto com uma comissão de agricultores e pecuaristas da região de Matelândia, que foi aos órgãos competentes para tentar financiar a importação de 1.000 a 1.200 vacas reprodutoras do Uruguai ou da Argentina para, além de melhorar o plantel daquela região, ter ainda condições de aumentar a produção de leite. Todos nós estamos vendo a falta de leite líquido, a falta de leite em pó. O Brasil importado agora 50.000 t de leite para colocar no mercado. Duvido, Sr. Presidente, duvido mesmo que depois das falcatrúas, sejam elas verdadeiras ou não, mas mesmo que sejam verdadeiras, da facilidade de se financiar para outros setores, como esse, dinheiro para a construção de hotéis. Duvido que o choro da criança sem leite, que o choro daquele

que precisa do leite, que não tem, seja ouvido pelas autoridades, nesta hora que o ilustre vice-Presidente desta Casa está lá em Brasília, tentando trazer dinheiro para aumentar a produção do leite. Não é visando somente o lucro daquele que vai produzir, porque aqueles que produzem leite sabem que não dá muito lucro; ou não dá lucro algum. Mas é visando especialmente fazer a criança brasileira, ou mesmo o adulto, ter um pouco mais de alimento na sua mesa. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a atenção, principalmente dos Deputados do Partido Democrata Social, pela solidariedade que deram ao nosso modesto pronunciamento, apoiando a nossa palavra no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário. (Pausa).

Ausente, a Mesa consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Pausa).

Ausente, consulta a Liderança do Partido Popular. (Pausa). Com a palavra o nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna: o primeiro deles, longamente debatido na sessão de hoje, desta Casa Legislativa, o General Videla vem ao Brasil batendo verdadeiro record em matéria de violação de direitos humanos, a tal ponto que existem fortes pressões dos Estados Unidos para que o regime argentino reconheça que os milhares de presos e desaparecidos, que segundo estimativas somariam de seis a doze mil, desde o golpe de 76, foram de fato assassinados pelas forças de segurança. Na verdade, as evidências segundo hoje ainda publica a imprensa brasileira, é que na Argentina não existem desaparecidos e sim "mortos".

Há um relatório da Comissão de Direitos Humanos da OEA, incluindo nomes e patentes de militares acusados de seqüestros, torturas e assassinatos.

A nível nacional, dada a visita de Videla ao Congresso brasileiro, houve até mesmo um apelo do Presidente da Câmara Federal, às lideranças dos Partidos de Oposição. E decidiram as Oposições de não agravarem o visitante.

É evidente que o Partido Popular jamais poderia aplaudir ou homenagear um ditador deste porte, nem tão pouco hostilizá-lo. Não vemos assim, numa retirada da bancada do plenário, nenhuma forma que fosse capaz de refletir o nosso pensamento.

A forma de protestar é de foro íntimo de cada um, e isso nós respeitamos. Nossa presença que continua em plenário na Sessão de hoje, não significa contudo que Videla tenha um milímetro sequer de apoio da bancada pepista nesta Casa. Mas, ainda achamos que o melhor lugar para se protestar e para dizer aquilo que se pensa, continua sendo a tribuna livre das casas legislativas.

E em seguida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a observação que faço do manifesto grevista que hoje passou a circular na nossa querida Curitiba. E queira Deus, pelo Paraná inteiro e pelo Brasil inteiro.

O manifesto grevista nos seguintes termos:—

Os fabricantes de cigarros têm interesses óbvios em induzir a juventude ao vício. Mas, é nossa obrigação reagir e defender a saúde de nossos filhos. Fumar não é um hábito normal ou elegante como sugere a propaganda. Ao contrário, é um vício anti-social e anti-higiênico. Fumar só faz bem aos que lucram com a venda de cigarros. Está na hora, portanto, de dar uma resposta aos que pensam que a população será eternamente passiva. Está na hora de fazer um protesto coletivo contra o fumo:

"Faça a greve do fumo! Paraná, um Estado de alerta,

contra o fumo!"

Entendi, neste manifesto que hoje passou a circular, bem assim, nas listas de adesões que estão circulando, colhendo assinaturas do povo brasileiro, que, chegou a hora de exigirmos do Congresso, de exigirmos especialmente da maioria do Congresso, que, realmente surja a esperada lei, que será o ponto primordial, inicial e o mais importante para que possamos coibir o uso indiscriminado do tabaco, especialmente no meio da juventude, dos estudantes, dos meninos e das meninas de hoje que estão fumando, porque são envolvidos por uma propaganda nefasta através dos órgãos de comunicação, especialmente pela televisão, e, com o Governo passivo, com o Governo sem tomar as posições que a família brasileira espera não apenas neste campo, mas, também, no campo da moralidade, no campo em que possamos também, através especialmente da televisão, ver programas mais sadios e fugirmos um pouco, das imoralidades, que os pais têm que ficar cuidando para saber se seu filho pode, ou não, assistir determinado programa de televisão. É por esta razão que, depois de vários pronunciamentos que fiz nesta Casa defendendo a tese, não que os fumantes devem parar de fumar, porque este é um problema subjetivo de cada um deles, mas, tenho defendido a tese de que, não se pode permitir e não se poderia permitir neste País, de que, se utilizasse um mecanismo publicitário tão importante, especialmente como a televisão, para incutir no adolescente, a necessidade de também ingressar no campo do vício, de se transformar num viciado, num dependente do cigarro e de, amanhã, dele não poder fugir, como tantos outros que fumam e que não podem deixar de fazê-lo, porque o vício é mais forte!

Deixei, durante esses últimos dois ou três meses, de voltar à tribuna para tratar do assunto TABACO, porque acompanhava a campanha que se fazia em Curitiba. Queria senti-la, queria conhecer o pensamento dos homens que estavam à frente, e, hoje, posso dizer da tribuna: — a campanha, a liderança que hoje se faz em Curitiba não visa a promoção de ninguém, visa, a promoção da família, visa, exatamente, uma luta violenta contra este mal que todos nós, a partir de agora, devemos repudiar, com todas as nossas forças, no mínimo, em defesa dos adolescentes, para que também não venham a participar deste mesmo campo.

Era o nosso pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando dos Líderes de bancadas a designação de Membros para recompor a Comissão Especial de Limites Paraná-São Paulo.—

Esta Presidência solicita aos Srs. Líderes que façam as devidas indicações.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que eleva para 13 (treze) o número

de Cadeiras da Câmara Municipal de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 42/80), que incorpora aos vencimentos do funcionalismo estadual a Parcela Adicional Social — PAS, instituída pelos parágrafos 1.º e 2.º, do Art. 1.º, da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1.979. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (COM PRAZO CONSTITUCIONAL A VENCER EM 15/09/80). **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública o "Templo Espiritualista Estrela do Oriente", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 61/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "TEMPLO ESPIRITUALISTA ESTRELA DO ORIENTE", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.980.

(a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

O Templo Espiritualista Estrela do Oriente, fundado nesta Cidade de Curitiba, sito na Rua Pedro Cólhere n.º 264, preenche as exigências que pede a Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

A entidade tem como finalidade, ministrar os ensinamentos da lei de Umbanda, promovendo pesquisas, desenvolvimento das leis e vibrações espirituais, sob orientação dos Mestres. Proporcionar a qualquer irmão, amparo espiritual e moral, dentro do sistema e ordem, especialmente em caso de perturbação espiritual. Fundar uma Biblioteca, Ambulatório, Escola profissional, Gabinete Médico e Dentário, um Hospital ou serviço de Maternidade e uma casa de campo para repouso.

Diante das fundamentações acima, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando merecer o devido apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 61/80

PARECER

I. De autoria do nobre Deputado ADALBERTO DAROS, o presente Projeto de Lei n.º 61/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "TEMPLO ESPIRITUALISTA ESTRELA DO ORIENTE", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

II. A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

III. Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

JOSÉ TAVARES, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a "Tenda Espírita Pai João D'Angola de Aruanda", com

sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 63/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "TENDA ESPÍRITA PAI JOÃO D'ANGOLA DE ARUANDA", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.980.

(a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

A Tenda Espírita Pai João D'Angola de Aruanda é uma sociedade civil, religiosa, espiritualista, com personalidade jurídica, filantrópica, de duração indeterminada, tendo como sede e domicílio a Rua Alberto Jorge n.º 375, no Bairro Barigui, nesta Cidade de Curitiba, e tem como finalidade, a prática e o estudo da religião Umbanda e do Espiritismo, procurar por todos os meios, a exaltação das virtudes e o repúdio aos vícios, respeitar as leis e os Poderes Constituídos do País, incentivando o espírito cívico e patriótico.

Diante das exposições acima, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer dos nobres Pares o devido apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 63/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado ADALBERTO DAROS, o projeto de lei que ora se examina visa declarar de utilidade pública a "TENDA ESPÍRITA PAI JOÃO D'ANGOLA DE ARUANDA", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Do exame da documentação apresentada, verifica-se que a entidade que se quer beneficiar vem prestando inestimáveis serviços no campo da assistência social, em Curitiba.

Sob o ponto de vista legal é constitucional, uma vez que a matéria não fere qualquer dispositivo da Carta Magna Estadual e tendo cumpridas as normas estabelecidas pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

WALDYR PUGLIESI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 66/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a "Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão - SATC", com sede e foro em Figueira, Município de Curiúva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 66/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DE CARVÃO" - S.A.T.C., com sede e foro em Figueira, Município de Curiúva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.980.

(a) GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços à comunidade de Figueira, principalmente no campo da assistência social e filantropia.

A documentação que anexo apresentamos, comprova o preenchimento das exigências legais previstas para que a entidade possa receber o reconhecimento público estadual.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que, temos a certeza, contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 66/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, o presente Projeto de Lei n.º 66/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO" — S.A.T.C., com sede e foro em Figueira, Município de Curiúva.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

DENI SCHWARTZ, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Carlota Barbosa, ocorrido na Cidade de Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem radialista e publicitário Renato Bielanski, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão, composta de cinco (05) Srs. Deputados, encabeçada pelo Sr. Presidente deste Poder Legislativo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alfredo Cardoso, ocorrido em Altônia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de ser instalada uma agência do referido Banco no Município de Prudentópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, no sentido de que seja prorrogado o prazo para modificação dos secadores de grãos, até 31 de dezembro do ano de 1.982. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias

Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, manifestando a preocupação desta Casa diante das publicações de matérias cada vez mais ousadas no apelo ao erotismo e licenciosidade, muitas das quais de origem estrangeiras.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações sobre faltas de professores, do Colégio Wilson Joffre, de Cascavel.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 63 e 66/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária, para sexta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 9 e 28/78, 39/80, e de Lei n.ºs 41, 44, 55 e 56/80.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL

PORTARIA N.º 567/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5611, de 27 de junho de 1.980, deste Poder,

RESOLVE:

retificar a Portaria n.º 520/80, de 23 de julho de 1.980, para declarar que as férias concedidas pela Portaria n.º 87/80, ficam transferidas para o período de 1.º a 30 de dezembro de 1.980, e não como consta daquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de agosto de 1.980.

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

DIRETOR GERAL